

No fim da moratória, a "tábua da salvação"

Com um depósito de 350 milhões de dólares correspondente a mais ou menos um terço dos juros devidos até janeiro passado (e dois outros depósitos, de 85 milhões de dólares cada, feitos "secretamente" nas últimas semanas "para desemperrar as negociações") o governo brasileiro dá o primeiro grande passo concreto para restabelecer relações normais com a comunidade financeira internacional e para permitir a reabertura do fluxo de investimentos estrangeiros e de financiamentos internacionais essenciais para o nosso desenvolvimento. Interrompidos há quase exatamente um ano, em 20 de fevereiro de 1987, pela desastrosa moratória do PMDB. Ao contrário do que vinha sendo aventado, o governo brasileiro não exigiu qualquer contrapartida dos bancos para fazer este pagamento. Em nota oficial, o Ministério da Fazenda apresentou sua decisão como "um gesto de determinação e confiança" para facilitar e acelerar a conclusão de um acordo de médio prazo cuja negociação está progredindo rapidamente; informou que "outros pagamentos poderão ser feitos na medida em que estas negociações avançarem e anunciou que o acordo com os bancos credores privados será "apenas o primeiro passo. Em seguida, virá a negociação com os organismos financeiros internacionais, particularmente com o FMI" (o governo enviará uma missão a Washington para retomar contato com o Fundo "ainda este mês"), um acordo com o Clube de Paris e, ao fim de tudo, a "avaliação e eventual adoção de instrumentos financeiros novos quer para a redução da dívida (securitização) quer para a captação de recursos adicionais para o desenvolvimento".

Como se vê — e já não era sem tempo! — é o rompimento total com a política da estupidez "programática" daquele PMDB que afundou com o Brasil. Como, a esta altura dos acontecimentos, apenas os mais sólida e irremediavelmente estúpidos e/ou mal-intencionados entre os membros do "maior partido do ocidente" mantêm-se aferrados à idéia de continuar dando murros em ponta de faca (usando, naturalmente, o povo brasileiro como luva de modo a manter suas próprias mãos protegidas e sempre aptas a segurar os delicados cálices de poire), tendo os membros conscientes do partido, por cima de suas preferências ideológicas, se rendido honesta e corajosamente às evidências dos funestos resultados colhidos da experiência, não seria necessário recordarmos que resultados foram estes e como eles contradizem frontalmente tudo que diziam os defensores da moratória. Conhecedo o país em que vivemos, contudo, vamos dar-nos o trabalho de repetir — agora diante da confirmação dos fatos — aquilo que vimos dizendo a respeito dos resultados que poderíamos colher desta malfadada moratória desde o dia em que ela foi decretada. Temos a certeza — e lamentamos ter de dizê-lo de que ainda não é de todo desnecessário manifestarmos o nosso mais entusiástico apoio à corajosa atitude do ministro Mafson da Nóbrega, não só porque entre seus colegas de Ministério ainda há representantes daquele setor irremediavelmente estúpido e/ou mal-intencionado do PMDB a que nos referimos, que tudo farão para tentar sabotar esta sua iniciativa providencial, mas também porque temos tido provas demais da volubildade e da vulnerabilidade do seu chefe para ficarmos absolutamente tranqüilos.

Empurraram-nos para esta moratória gritando que "a dívida não podia continuar sendo paga com a fome do povo". Não demorou muito para que o país soubesse que por trás deste "gesto de afirmação de nossa independência e soberania" escondia-se o primeiro efeito do grande estelionato eleitoral do Plano Cruzado que foi a liquidação criminosa de nossas reservas cambiais. Estávamos indo à moratória por necessidade criada pela incompetência e pela irresponsabilidade dos que tinham empalmado o poder e não por qualquer outro motivo. A revelação da mutreta, no entanto, não quebrou a empáfia dos mutreteiros, ao contrário, fê-la redobrar. E todos os brasileiros conscientes, que alertavam para o fato de que nada poderia servir melhor à fome que rondava os brasileiros do que fechar a torneira dos investimentos externos, foram imediatamente chamados pelos mutreteiros/patruelheiros de "vendedores da pátria" para baixo. O calote, diziam, nos permitiria recuperar as reservas cambiais e, ainda que nos custasse o isolamento, que mal havia nisso? Todos eles alimentavam o sonho reacionário da autarquia, desenterrado do passado longínquo das sesmarias quando ele ainda era uma necessidade e não um capricho de modernos candidatos a Pol Pot dispostos a pôr em ação os Khmer vermelhos tupiniquins para impôr o isolamento a uma Nação na era em que desenvolvimento é sinônimo de integração econômica planetária, como lembrou bem o insuspeito senador Fernando Henrique Cardoso.

Os fatos não demoraram a confirmar nossas previsões: se entre maio de 86 quando, usadas para sustentar a mentira do Cruzado, as reservas começaram a despenhar da posição estável de 7,7 bilhões de dólares, chegando aos 5,5 bilhões em outubro, depois da moratória de fevereiro de 87 elas mergulharam no fundo do poço, chegando, em março daquele ano, a 3,2 bilhões (dados do Ministério da Fazenda).

Este, no entanto, como também prevíamos não foi o seu pior efeito. Com a moratória cessaram não só os financiamentos das instituições oficiais internacionais e dos bancos privados que ajudavam o nosso desenvolvimento, como também os investimentos estrangeiros de risco. Os financiamentos de curto prazo para as exportações foram desaparecendo e os que continuavam sendo concedidos tinham prazos mais curtos e juros mais altos. Milhares de negócios foram perdidos, milhares tornaram-se mais caros. Enquanto isso, a imagem internacional do Brasil foi se deteriorando. Como nenhum desses fatos provocava reações compatíveis do governo brasileiro mas, ao contrário, só fazia recrudescer a violência patrolheira e o furor intervencionista de um governo que não sabia como lidar com os efeitos de suas atitudes irresponsáveis, tentando controlá-los pela força e não pela inteligência e pelo pragmatismo, o desgaste da confiança no governo levou também à paralisação dos investimentos internos. Por trás de tudo, os donos do poder continuavam a gastança desenfreada, e chegamos a esta lamentável situação de hoje, com a inflação beirando os 600% ao ano, e com todo o superávit comercial amealhado a duras penas (principalmente pela desvalorização do cruzado) inteiramente comprometido com o pagamento dos atrasados junto aos credores externos.

Outro argumento dos patrolheiros/mutreteiros é que a moratória poria os nossos negociadores em posição de força frente aos credores, que estariam, a esta altura, apavorados com os prejuízos que nós, soberanamente, lhes imporíamos e dispostos a ceder a todas as nossas exigências. A verdade está na rendição incondicional que o governo acaba de anunciar, certamente não porque tenha vislumbrado alguma nova luz irresistível nos olhos dos credores ou porque tenha decidido vender-se ao capitalismo internacional...

Assim, não é com satisfação mas com amargura — porque foi tarde demais — que vemos todas as nossas advertências acabarem sendo adotadas como a nova política do governo que nos atacava quando as fazíamos para o tratamento do problema da dívida externa. O que explica a rendição incondicional é, além da urgência em se encontrar uma fonte de investimentos fora do universo surrealista da economia interna, capaz de mitigar a fome soberanamente criada pelo PMDB antes que ela provoque uma explosão social, a certeza de que daqui de dentro não podemos esperar nada enquanto o governo for chefiado por um homem sem fibra suficien-

de

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

CO MESQUITA

te para disciplinar sequer os seus comandos diretos, como se confirmou mais uma vez na incrível reunião ministerial de segunda-feira. Os credores externos, exatamente do mesmo modo que os próprios agentes econômicos internos, não acreditam mais em nada que possa partir deste governo que, apesar da troca da equipe econômica, continua exatamente o mesmo de antes. Falta-lhe a cabeça. A vontade política. O que o consciente ministro Mafson da Nóbrega percebe claramente, com o seu agudo senso de responsabilidade, é que não é o presidente Sarney mas o Brasil que "não tem mais tempo a perder". Sabe que não existem condições políticas, no âmbito interno, para se fazer tudo que, segunda-feira, ele apresentou como imprescindível para uma retomada do desenvolvimento, e que só lhe resta mesmo providenciar urgentemente algum oxigênio de fora para que possamos resistir.

Se conseguir isto, já terá feito muito. Dará ao Brasil, em meio ao naufrágio da "Nova" República, a tábua de salvação com que se manter à tona até a convocação de eleições gerais o mais rápido possível. Só então poderemos pensar em algo mais do que sobreviver.